



TESTEMUNHO, TRAUMA E LITERATURA: INTERPELAÇÕES AO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Guilherme José Schons

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br

1. Introdução

A pesquisa que apresento no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus Erechim*, desdobramento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Graduação em História (Schons, 2024), tem lastro em uma tentativa de interpelação a três imagens. A escritora e linguista brasileira Conceição Evaristo (2020), ao tratar do horror da escravidão, recupera que a “Mãe Preta”, em todas as noites, se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar e ninar os futuros senhores e senhoras – os quais nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando sobre ela e a sua descendência. Na mesma linha, penso, desde já, na escrita da jornalista e professora portuguesa, nascida em Moçambique nos tempos do colonialismo e do fascismo, Isabela Figueiredo (2010). Apesar de nunca negar a sua oposição à dominação de Portugal sobre territórios africanos e ao Estado Novo de António Salazar e Marcello Caetano, a autora só conseguiu agir incisivamente em projeto de acerto de contas com o passado após a morte do seu pai racista – o que ela refere como “traição”.

Indo ao encontro das reflexões de Evaristo e Figueiredo, a teórica e artista portuguesa, com raízes em África, Grada Kilomba (2019) alude ao retrato da “Escravizada Anastácia”, feito pelo pintor francês – em expedição no Brasil – Jacques Arago, no qual um pedaço de metal, colocado no interior da boca e instalado entre a língua e o maxilar com fixação por detrás da cabeça, impede a fala dessa mulher negra. A única coisa que sabemos sobre ela é o nome dado pelos senhores, isto é, o seu encontro com o poder – o que representa um esboço insuficiente de sua existência (Hartman, 2020). Ou seja, estamos, mais uma vez, diante de um diagnóstico de silenciamento que corrobora regime assentado em dimensão narrativa da desigualdade. Entre essas questões, surge um problema: quem pode falar? (Kilomba, 2019).



Afinal, o cenário enunciado pelas três autoras remete a uma máscara (tenha ela materialidade, como no caso de Anastácia, ou não): a do silenciamento pelo colonialismo racista e patriarcal. Abarcamos, nesse caso, as dificuldades de se expressar no âmbito da aplicação de políticas sádicas de conquista e dominação e sistemas brutais de cerceamento das que foram produzidas como “Outras” (Kilomba, 2019). Deparo-me, por meio das colocações de Grada, com o medo de que o colonizador tenha que escutar aquilo que é “mantido em silêncio como segredo”. Há, nesse raciocínio, um investimento na negação em se reconhecer as violências da história – onde a busca pela restrição da fala dos subalternizados aparece como método para não se expor a quaisquer discursos que afrontem a lógica colonial. Logo, o “[...] falar e o silenciar emergem como um projeto análogo” (Kilomba, 2019, p. 42) e traumático.

Em relação ao trauma, cabe apontá-lo como uma resposta a eventos violentos que retornam mais tarde em fenômenos de repetição (Caruth, 1995). Logo, há um hiato entre evento e discurso, um conjunto de dificuldades no ato de dizer uma experiência marcada pela barbárie. Falar sobre isso – testemunhar – envolve um movimento de elaboração sem incorrer na redução do literário ao histórico. Dessa forma, ancorado nos trabalhos de Márcio Seligmann-Silva (2018), destaco o meu entendimento de que a literatura testemunhal se apresenta como uma “outra voz”, que pode dialogar com a historiografia profissional para se referir ao passado ao produzir fontes no tempo presente. Me refiro, por isso, a uma escrita/escrivência pós-colonial, já que a colonialidade do tempo linear (Quijano, 2005) é substituída por uma concepção topográfica (Seligmann-Silva, 2018). Em síntese, no testemunho, a memória é definida como local de construção de uma cartografia que busca mapear o passado.

Com isso, o trabalho pretende analisar a literatura testemunhal de Conceição, Isabela e Grada como linguagem para a elaboração pública do trauma colonial no espaço do que foi o Império português. Se são muitas as propostas de elaboração a contrapelo (Benjamin, 1985) das memórias da catástrofe, me proponho à leitura de três dessas obras: *Becos da memória* (Evaristo, 2018), *Caderno de memórias coloniais* (Figueiredo, 2010) e *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (Kilomba, 2019).



2. Metodologia

Assim, opero, em chave interdisciplinar, no exercício de problematização da constituição, pelos sujeitos, de linguagem para a elaboração do trauma colonial mediante recurso à identidade e à subjetividade. Ao depoente do horror coube a tarefa de fornecer a prova da violência. Isso é o que Marc Nichanian (2009) chama de “lei do arquivo”, onde a “perversão historiográfica” seria a ofensa realista ao testemunho (sendo que a própria “vontade genocidiária” buscaria a anulação da facticidade do fato pela morte da testemunha). Ao invés de uma “insultante função realista” (Nichanian, 2009), não quero seguir as ordens dos perpetradores da barbárie: não se trata de uma questão de prova, mas sim da libertação do testemunho das refutações do poder tendo em vista sua inscrição como monumento em prol da inarquivabilidade do enunciado. Ou seja, não pretendo comprovar os testemunhos de Evaristo, Figueiredo e Kilomba. Meu anseio está para além disso: quero ler, por intermédio das teorias pós-coloniais, um diálogo atento aos efeitos da colonialidade no Império português diante da elaboração do trauma.

3. Resultados e discussão

No livro *Becos da memória* (2018), veiculado originalmente em 2006, Conceição Evaristo narra a expulsão, ocorrida em 1972, de sua família (e vizinhos) da favela do Pindura Saia, em Belo Horizonte/Minas Gerais. Entendo, à vista disso, o “desfavelamento” como acontecimento que destaca a 1) repressão perpetrada pela ditadura civil-militar no Brasil, assim como ao cumprimento forçoso de um discurso de progresso – o qual Benjamin (1985) já nos ensinou ser uma tempestade – e a 2) atualização das dores coloniais em um cenário de racismo e gentrificação social.

Isabela Figueiredo, no seu *Caderno de memórias coloniais* (2010), de 2009, escreve a respeito da vida como portuguesa branca nascida na capital de Moçambique, Lourenço Marques (hoje Maputo), dentro do esquema da exploração colonial. Na obra, nos deparamos com o objetivo de problematizar o passado familiar (o racismo do seu pai, especialmente) como mecanismo para quebrar a negação que idealiza a máscara do silenciamento. Se, quando do avanço das lutas por libertação em meio à vitória da Revolução dos Cravos na metrópole, a autora é encaminhada a Lisboa (para se proteger) e recebe a missão do pai de denunciar as dificuldades que ele supostamente sofria, temos



de analisar uma feliz inconfidência: Isabela trai o colonialismo expondo o ambiente violento em que cresceu, com ênfase à representação da ditadura salazarista/marcelista como continuidade do domínio já imposto às colônias há muito tempo e que não se dissolve das racionalidades e das subjetividades com a Revolução dos Cravos, em 1974.

Na mesma linha, Grada Kilomba (2019), em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, publicado em 2008 como resultado de seu doutorado em Filosofia, reverbera a reencenação da ferida colonial, em sua vida na Europa, para denunciar uma história coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor. Nesse sentido, tal tópico de inquirição está vinculado a temas recentes nas Ciências Humanas e nos estudos da produção de discursos e linguagens, que buscam problematizar as catástrofes (Seligmann-Silva, 2018) e as violências da história em chave pós-colonial e interdisciplinar: isto é, no caso deste trabalho, com atenção à existência de uma série de dinâmicas de resistência produzidas no território de Améfrica (Gonzalez, 2020). Indo além, me refiro à chance de reflexão em torno de uma contra-história ibero-amefricana (Schons, 2024).

4. Considerações finais

Com isso em mente, infiro que venho tratando de dinâmicas que unem um triângulo cujos vértices marcam as cidades desde as quais as minhas colaboradoras elaboram o trauma: Belo Horizonte, Lourenço Marques/Maputo e Lisboa. Nesse exercício, o trabalho de Lélia Gonzalez (2020) tem sido decisivo ao propor um olhar possível diante das relações entre as duas margens do Atlântico até o Índico, bem como estudar a amefricanidade como categoria político-cultural que viabiliza a apreensão dos entrelaçamentos de América e África e dos sujeitos que resistem em ambos os territórios, sem perder a atenção para a colonizadora Europa e os trânsitos até ela.

Além disso, destaco que compreendi a literatura testemunhal como instrumento para a denúncia e o anúncio e, portanto, de apreensão da ideia de que a história, ao invés de ser somente linear, é também feita de disputas, rupturas e possibilidades de mudança. Dessa forma, se eu iniciei este texto me propondo a interpelar imagens associadas a um passado sobrevivente de censura a vozes que pudessem contestar a empresa colonial, depreendo que esse exercício de produção de narrativas, nas palavras de Saydiya Hartman (2020), insurgentes e perturbadoras já fora iniciado pelas minhas próprias colaboradoras



e por muitas/os mais. Ainda que, de fato, o processo de elaboração do trauma envolva um hiato entre a consumação do evento e a fabricação do discurso em torno e contra ele, as escritas testemunhais dão conta de formar um arquivo crítico ao jogo de poder que ambicionou a continuidade das cantigas de ninar proferidas pelas mulheres negras e a manutenção do assujeitamento e da cumplicidade das mulheres brancas diante do patriarcado colonial racista. Ou seja, por meio da traição ao esquecimento, as mulheres que me acompanham no percurso investigativo produzem, no presente do espaço que foi o Império português, fontes históricas a respeito dos traumas coloniais ibero-amefricanos.

Referências

BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

CARUTH, Cathy. **Trauma**: explorations in memory. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 24 dez. 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 02 jul. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NICHANIAN, Marc. **The historiographic perversion**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.



SCHONS, Guilherme José. **Memórias de duas ditaduras ibero-amefricanas:** Brasil, Moçambique e Portugal nas escrituras pós-coloniais de Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo. 2024. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de História, *Campus Erechim*, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2024. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7751>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença:** ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2018.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de Mestrado.